

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado, o SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ 15.246.044/0001-73 e do outro lado, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA CIDADE DO SALVADOR, CNPJ:15.239.478/0001-46 representados neste ato, pelos seus respectivos Presidentes, devidamente autorizados pôr suas assembléias, mediante as cláusulas adiante expostas, que mutuamente aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – REAJUSTE - As empresas concederão aos seus empregados, com salário superior ao do piso, reajuste salarial que obedecerá ao seguinte cálculo e terá vigência a partir do mês de março/12:

a) 7.05% (sete inteiros e cinco por cento) igual ao coeficiente bruto de 1.0705, a ter vigência a partir de 01 de março de 2012, incidente sobre o salário praticado em 01 de março de 2011, compensando-se todas as antecipações legais e espontâneas a partir desta data (março de 2011).

b) O reajuste salarial aqui concedido é devido a partir de 01 de março de 2012, e se, após a correção, ele for inferior ao do mês anterior, prevalece o salário que a empresa vinha praticando e, caso contrário, se for maior, passa ele a ser o salário do empregado.

CLÁUSULA SEGUNDA - PISO SALARIAL -Fica estabelecido, após o 3º (terceiro) mês de contratação e a partir de 01 de março de 2012, os seguintes PISOS SALARIAIS:

a) R\$ 652,00 (seiscentos e cinquenta e dois reais) para os empregados que exerçam as funções de: office boy, faxineiro, carregador, copeiro, vigia, empacotador, entregador, serventes e similares.

b) R\$ 710,00 (setecentos e dez reais) para os demais empregados.

PARAGRAFO ÚNICO – Fica assegurado entre as entidades convenientes a majoração dos pisos salariais previsto nesta clausula a partir de janeiro de 2013, quando será celebrado em termo aditivo os novos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA-TRIÊNIO-A título de gratificação adicional pôr tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 3%(três pôr cento) de respectivo salário mensal, limitado cada triênio ao valor equivalente ao de um salário mínimo legal.

CLÁUSULA QUARTA – QUEBRA DE CAIXA - A título de quebra de caixa, as empresas mensalmente pagarão ao empregado que exerça a função exclusivamente de caixa e desde que seja ao mesmo empregador, 10% (dez pôr cento) do respectivo salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica desobrigado deste pagamento às empresas que não descontarem de seus empregados às diferenças que ocorrerem no caixa //

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados que exercem a função de caixa ficam isentos de qualquer responsabilidade na hipótese de não presenciarem a conferência do numerário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Obriga-se os empregadores a não promoverem desconto do salário dos seus empregados das quantias correspondentes aos cheques pôr eles recebidos, sustados, sem provisão de fundos, desde que observadas as normas das empresas.

CLÁUSULA QUINTA - EMPREGADOS COMISSIONADOS - Os empregados que percebem salário na base de comissão serão regidos pêlos seguintes dispositivos:

- a) Os empregadores anotarão na CTPS o percentual da comissão;
- b) As verbas de férias, 13º salário, salário maternidade e aviso prévio, serão apuradas pelo somatório dos últimos 12 meses, imediatamente anteriores ao da liberação apurados da seguinte forma: encontrando-se o somatório dos 11 primeiros salários corrigidos pelo INPC/IBGE mês a mês, após essa atualização adiciona-se o salário do 12º mês e dividindo-se pôr 12.
- PARÁGRAFO ÚNICO** - Para o pagamento das parcelas do 13º salário, será apurado e corrigido dessa forma: para o atendimento dos 50% da 1ª parcela, pelo somatório das comissões e remunerados do período janeiro/2012 a outubro/2012 corrigidas pelo INPC/IBGE mês a mês e dividido pôr 10. Em relação à 2ª parcela acrescentar ao somatório dos 10 meses anteriores corrigidos, o mês de novembro/2012 corrigido pelo índice do INPC/IBGE do mês e dividido pôr 12. A **COMPLEMENTAÇÃO** das parcelas do 13º Salário, a ser feita com a comissão e remunerados auferidos no mês de dezembro/2012, incorporada ao somatório dos 11 meses de janeiro/2012 a novembro/2012 e dividido pôr 12, compensando-se as parcelas pagas em novembro/2012 e dezembro/2012.
- c) O comissionado não é responsável pela inadimplência dos compradores nas vendas a prazo, não podendo haver qualquer desconto nas comissões, desde que o empregado tenha efetivado a venda, atendendo às regras da empresa; o empregado remunerado pôr comissão pura, a partir de 01 de março terá garantido a partir de seu ingresso, percepção em cada mês, de remuneração mínima equivalente a R\$ 710,00(setecentos e dez reais) incluído repouso remunerado;
- d) O vendedor comissionado não está obrigado a tarefas de carga e descarga de mercadorias e nem na lavagem das instalações do estabelecimento da empresa;

e) Para os empregados que recebem salário fixo mais comissão, e os apenas comissionistas, o cálculo para pagamento do triênio e quebra de caixa, obedecerá aos seguintes critérios: através do somatório do salário base e comissão sobre o resultado encontrado, aplicar-se o percentual de 3%(três pôr cento) a título de triênio e 10% (dez pôr cento) referente à quebra de caixa, para o primeiro caso e para os que recebem apenas pôr comissão, o percentual se aplica sobre os valores das comissões recebidas, logicamente observadas e respeitados os limites impostos e explicitados nas cláusulas 4ª e 5ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - Com exceção das hipóteses de pedido de demissão ou dispensa pôr justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes: //

a) Gestante - Desde a notificação da gravidez e até 90 (dias) dias após o término da licença previdenciária.

b) Pré – aposentado - Nos doze últimos meses que antecedem à data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária.

c) Acidentado do Trabalho - Desde a comunicação do acidente na empresa até, que se complete um ano após a cessação do auxílio acidente.

CLÁUSULA SÉTIMA-UNIFORMES -As empresas, na medida em que exijam, fornecerão, gratuitamente e anualmente, (03 três) uniformes aos seus empregados, responsabilizando-se pela regulamentação do uso em serviço.

CLÁUSULA OITAVA - JORNADA DO COMERCIÁRIO -A jornada normal dos comerciários, permanecerá em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou 08 (oito) horas pôr dia, permitindo-se a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas às exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

a) manifestação pôr escrito do empregado, mediante instrumento individual ou plúrimo, no qual constará a jornada a ser cumprida e aquela a ser suprimida pela compensação; b) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, devidamente compensadas, não serão remuneradas como extras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As horas extras do Comerciário serão remuneradas com o adicional de 70% (setenta pôr cento) sobre o valor da hora normal, nas primeiras duas horas, e de 100%(cem pôr cento) nas excedentes, ressalvando-se as do vigia noturno interno, cujo percentual será de 50%(cinquenta pôr cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A remuneração do trabalho realizado no horário compreendido entre 22:00 horas de um dia e 05:00 horas do dia imediatamente posterior terá um acréscimo de 50% (cinquenta pôr cento) sobre o valor da hora normal. Neste percentual esta incluído o acréscimo de 20%(vinte por cento) previsto no artigo 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O parágrafo segundo é inaplicável aos empregados vigias, para os quais se aplicam os artigos 73 da CLT.

PARÁGRAFO QUARTO – Os empregadores fornecerão, gratuitamente, um lanche aos seus empregados convocados para o trabalho suplementar, com duração superior à uma hora.

PARAGRAFO QUINTO - As Entidades subscritoras dessa Convenção Coletiva de Trabalho reconhecem e incentivam a igualdade de oportunidade para todos no acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, independente de sexo, origem, raça, cor, estado civil ou situação familiar.

PARÁGRAFO SEXTO- O dia 22 de outubro de 2012 será considerado “DIA DO TRABALHADOR COMERCIÁRIO”, não havendo trabalho, sem prejuízo para a remuneração e nem do repouso semanal.

PARAGRAFO SÉTIMO – CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS DIAS DE FERIADOS – Fica, ainda, ajustado que, na vigência dessa Convenção, os empregados que laborarem em dias de feriados terão bonificação de R\$ 30,00(trinta reais) a ser paga no mesmo dia, a título de liberalidade, de natureza indenizatória.

a) Aqueles empregados que laborarem em dia de feriados, sem distinção terão direitos a perceber o fornecimento gratuito de vale transporte, e a refeições (almoço) para quem cumprir jornada superior a 06 (seis) horas, sem qualquer desconto em folha de pagamento.

b) Os empregados que laborarem em dias de feriados, no horário máximo de 08 (oito) horas, terão sua jornada e trabalho, nesse dia, remunerada como extraordinária com pagamento do adicional de 100% (cem por cento), podendo a empresa transformar essa remuneração, em folga compensatória a ser concedida até o dia 30 do mês em que ocorreu o feriado, se assim não ocorrer prevalecerá a remuneração pela hora extra trabalhada.

c) Não haverá trabalho nos feriados de 01 de maio e 07 de setembro, 25 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2013 respectivamente, consulta popular, plebiscito popular ou eleições Executivo Federal, Estadual e Municipal, Legislativo Federal, Estadual e Municipal.

PARÁGRAFO OITAVO – CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS DIAS DE DOMINGOS QUE ESTÃO FORA DO ALCANCE DA LEI MUNICIPAL Nº 6.940/06.

a) Os empregados integrante da Categoria Profissional do Comércio que laborarem os dias de domingo não previstos na Lei Municipal nº 6.940/06, receberão uma bonificação de R\$ 20,00 (vinte reais), no mesmo dia trabalhado, a título de mera liberalidade, com natureza indenizatória.

b) Além da bonificação estabelecida no item anterior, os empregados, sem distinção, terão direitos a perceber o fornecimento gratuito de vale transporte, e a refeições (almoço), para quem cumprir jornada superior a 06 (seis) horas, sem qualquer desconto em folha de pagamento.

c) Os empregados, que trabalharem nesses dias de domingos, terão folga compensatória, a ser concedida até o último dia útil da semana dos domingos do mês trabalhado.

d) Nenhum empregado estará obrigado a trabalhar em dois domingos consecutivos, devendo ser respeitado o interregno de um domingo de descanso a cada domingo trabalhado.

e) Aqueles empregados que ultrapassarem a carga horária de 08 (oito) horas no trabalho nesses domingos, as horas excedentes serão remuneradas com adicional de 100%.

d) Não haverá trabalho no domingo de Carnaval.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOMINGOS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº

6.940/06. Os Domingos previstos nos dias 29 de abril, os que antecedem o dia das Mães (06 de maio), todos do mês de junho, 29 de julho, 05 agosto, os que antecedem dias dos Pais (12 de agosto), 02 e 14 de outubro, os que antecedem dia da Crianças (12 de outubro), todos os domingos de dezembro e todos do mês de janeiro de 2013, estão abrangidos pela LEI MUNICIPAL Nº 6.940/06, se aplicando, portanto, aos mesmos as convenções e liberalidades pactuadas para os mesmos.

a) Os empregados, sem distinção, terão direito a perceber o fornecimento gratuito de vale transporte, e refeições (almoço) para quem cumprir jornada superior a 06 (seis) horas, sem qualquer desconto na folha de pagamento.

b) Para os empregados que trabalharem exclusivamente nos dias 02, 09, 16, 23, de dezembro (domingo) de 2012 e cumprir jornada superior a 06 (seis horas) perceberão como auxílio alimentação o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), sem qualquer desconto na folha de pagamento.

c) O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva (Lei nº 11.603 de 5 de dezembro de 2007).

CLÁUSULA NONA - EMPREGADO ESTUDANTE -O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta situação, gozará das seguintes prerrogativas: a) A jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas.

b) Atendidas as conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante com o período de férias escolares.

c) Serão consideradas justificadas, sem necessidade de compensação, as faltas ao serviço decorrentes da realização de exames vestibulares, desde que comprovada e cientificado o empregador, 48 (quarenta e oito) horas antes.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO -A rescisão dos contratos de trabalho será regida pelos seguintes princípios:

a) Os empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e quando dispensados sem justa causa terão direito a aviso prévio de 60 dias.

PARAGRAFO ÚNICO – Os empregados admitidos a partir de 01 de março de 2011, só serão beneficiados nos termos da letra “a”, após 04 (quatro) anos de efetivos trabalhos na mesma empresa.

b) O empregado que pedir demissão e conceder o aviso prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de comprovadamente obter novo emprego;

c) Desde que solicitada, as empresas fornecerão carta de referência;

d) Os empregadores se obrigam a fornecer aos empregados, por ocasião da rescisão contratual, a relação de salários de contribuição (formulário SB-13), em duas vias.

e) As homologações deverão ser feitas no seu vencimento (aviso prévio) com respectivo pagamento.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – FILIAÇÃO / DIVULGAÇÃO - Os representantes sindicais, devidamente credenciados, poderão, em dia, hora e local previamente acordados com as empresas, nelas comparecer para filiação de novos sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO - A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DIRIGENTES SINDICAIS /E REPRESENTANTE SINDICAL -As empresas que tiverem, nos seus quadros, empregados que sejam dirigentes sindicais, liberará apenas um para ficar a disposição do Sindicato dos Empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBSTITUIÇÃO -Em caso de substituição não eventual, mesmo na função ou cargo de confiança, o substituto passará a receber, a partir do primeiro dia e enquanto durar a substituição, a mesma remuneração do substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MULTA -Fica estipulada a multa de um piso salarial da cláusula 2ª letra b, para o caso de descumprimento das obrigações contidas nesta Convenção, da seguinte maneira: cometida pôr qualquer das entidades Convenientes, a multa reverterá em favor da outra. Se a infração cometida for pôr parte das empresas, a multa será paga diretamente ao empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TAXA ASSISTENCIAL- Será paga ao Sindicato dos empregados a taxa assistencial e ao Sindicato Patronal a Contribuição Negocial:

a.1 - Em favor do Sindicato dos Empregados:

Os Empregadores descontarão de seus empregados (que a isso não se opuserem), a título de Taxa Assistencial, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador, o valor de R\$10,60 (dez reais e sessenta centavos), nos meses de abril, junho, agosto, outubro, novembro/2012 e janeiro/2013, valores que serão repassados mediante depósito a ser efetuado na Conta nº 13124-5, Agência 2957-2, Banco do Brasil. Os valores deverão ser depositados pelos Empregadores até o último dia útil, dos meses subseqüentes ao do desconto, sob pena de incidência de correção monetária e juros de 2% dois por cento) ao mês.

§ ÚNICO – O empregado pode opor-se aos descontos da taxa assistencial previstos nesta cláusula, no prazo de 20 dias, contados da data da ampla divulgação, devendo para tanto, comparecer pessoalmente à sede do seu sindicato e, através de pedido escrito a mão ou formulário próprio, manifestar a sua livre intenção, ficando ele responsável por informar a empresa, no prazo de 10 (dez) dias subseqüente a sua opção, sob pena de efetivação do desconto enfocado, conforme TAC 777/2010 da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região.

a.2 - Os empregados que venham a se associar ao Sindicato dos Empregados, ficarão isentos do recolhimento.

CONTRIBUICAO NEGOCIAL PATRONAL EXERCICIO/ 2012

a) Em favor do Sindicato Patronal: Aos integrantes da categoria econômica dos lojistas quer sejam associado ou não, deverão recolher em favor do SINDILOJAS/BA, a Contribuição Negocial nos valores máximos, conforme tabela a seguir:

O critério para pagamento da Contribuição Negocial exercício 2012 em parcela única é o seguinte:

MICRO EMPRESAS (Faturamento anual até R\$ 320.000,00) valor R\$100,00(Cem Reais)
PEQUENAS EMPRESAS (PPs)(Faturamento anual até R\$ 3.600.000,00) valor R\$ 200,00(Duzentos Reais) por unidade em funcionamento
DEMAIS EMPRESA (Faturamento anual acima de R\$ 3.600.000,00) valor R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) por unidade em funcionamento
Obs - Ficam as empresas que mantem filiais obrigadas a informar na guia o CNPJ da mesma e o numero de empregado de acordo com a DECLARAÇÃO ANUAL DA RAIS (Decreto 76.900 de 23 de dezembro de 1975).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 30 de abril de 2012, exclusivamente em agencias bancárias, em GUIA que será fornecido à empresa pela entidade sindical, podendo ser a mesma emitida em nosso site:

www.sindilojasbahia.com.br menu serviços.

PARAGRAFO SEGUNDO – O estabelecimento da Contribuição Negocial é prerrogativa do sindicato e está definida no artigo 2 alíneas “b e e” dos estatutos do SINDILOJAS/BA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LOCAL PARA AMAMENTAÇÃO - As empresas que contarem com mais de trinta empregadas em cada estabelecimento, com idade superior a 16 (dezesesseis) anos obrigam-se a manter local destinado à guarda dos respectivos filhos em idade de AMAMENTAÇÃO, facultando o convênio com creches.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DISCRIMINATIVO SALARIAL -As empresas com mais de 30 (trinta) empregados fornecerão discriminativo de remuneração mensal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As empresas com menos de trinta empregados não poderão recusar o fornecimento de discriminativo, desde que o empregado solicite com antecedência de quinze dias da data do pagamento.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS -- Serão reconhecidos os atestados MÉDICOS e ODONTOLÓGICOS fornecidos pôr facultativos do Sindicato dos Empregados, ou por médicos de planos de saúde, contratados pela empresa, ou pelo empregado e instituições medicas que mantenham convenio com Instituto Nacional da Previdência Social. .

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CURSOS E CONCURSOS OU EVENTOS AFINS-O empregado poderá ausentar-se do serviço no período máximo de 03 (três) dias pôr ano para participar de cursos seminários de aperfeiçoamento profissional, específico da atividade do comércio e no interesse deste, não ocorrendo prejuízo salarial.

PARÁGRAFO ÚNICO À participação em eventos sindicais dependerá da iniciativa do respectivo Sindicato dos Empregados, sendo facultado ao empregador o atendimento, caso em que, será observada a compensação da jornada de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO -Faculta-se às empresas a adoção de compensação de horas trabalhadas, pelo qual poderá ser dispensado o acréscimo do salário, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de quarenta dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado os limites máximos de dez horas diárias, e vinte e cinco horas no mês sob pena de pagamento das horas trabalhadas, como extra, na forma deste instrumento. As empresas, independente do regime de compensação, adequarão as jornadas de trabalho aos limites legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - POLITICA DE EMPREGO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL -As entidades acordantes instituem nesta data uma comissão paritária objetivando, em 90(noventa dias) a formulação de proposta e projetos para o estabelecimento de uma política de geração de empregos e requalificação ao profissional sendo priorizado os desempregados e comerciários que necessitem de reciclagem profissional para, ser apresentado ao FAT (FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR) .

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PONTO ELETRÔNICO As empresas que tenham ponto eletrônico no seu estabelecimento se comprometem a fornecer aos empregados mensalmente o espelho de ponto com anotação hora de entrada e saída dos empregados

incluído o registro da jornada extraordinária conforme portaria 1.510, de 21 de agosto de 2009 do MTE, e o respectivo registro da jornada extraordinária.

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO: O Sindicato Patronal em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores comprometem-se a realizar campanhas e atividades informativas e preventivas sobre doenças ocupacionais, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis etc, mediante calendário anual que deverá ser do conhecimento de todos os envolvidos.

PARAGRAFO ÚNICO: As empresas possibilitarão a visita do medico do trabalho do Sindicato Laboral, agendado previamente, para prevenção de doenças ocupacionais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – TRABALHO INFANTIL: As empresas se comprometem em atuar junto aos fornecedores no sentido de combater o trabalho infantil e forçado.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ABONO DE FALTA-As empresas não farão descontos nos salários dos empregados, de acordo com o artigo 473 da CLT, quando deixarem de comparecer ao serviço, desde que apresentem documentos comprobatórios, nas situações seguintes:

a- Até dois dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, ascendentes, descendentes, irmãos, ou pessoa declarada em sua carteira profissional, viva sob sua dependência econômica;

b- Até três dias consecutivos em virtude de casamento.

c- Por cinco dias em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.

d- Por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação de sangue, devidamente comprovada.

e- Até dois dias consecutivos ou não para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA – SESC/SENAC –As entidades subscritoras desta Convenção Coletiva de Trabalho se comprometem a desenvolver o mais urgente possível, ações junto ao SESC/SENAC, no sentido de implantar em 2012, restaurantes nos Centro Comerciais da Cidade que ainda não dispõe deste benefício, no sentido de atender a todos os trabalhadores e empregadores com alimentação de qualidade.

CLAUSULA VIGÉSIMA SETIMA –REFEIÇÃO – As empresas fornecerão refeição nos termos do PAT, Lei 6.321 de 14 de abril de 1976.

CLAUSULA VIGESIMA OITAVA- ASSISTENCIA JURIDICA – As empresas prestarão assistência jurídica integral aos seus empregados que no desempenho normal de suas funções e na defesa do Patrimônio da Empresa dentro de sua jornada de trabalho se envolverem em atos que levem a ser indiciado em inquérito criminal ou responder a ação penal.

CLAUSULA VIGESIMA NONA - ARMARIOS – As empresas disponibilizarão local adequado para guarda de vestuário e uso de sanitários nos termo da portaria n 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

CLAUSULA TRIGESIMA –TORNEIO DE INTEGRCAO – Fica convencionado que as empresas integrante da categoria econômica incentivaram a prática de esportes e cultura, patrocinada pelo Sindicato Laboral, fornecendo, gratuitamente o que for necessário a participação dos trabalhadores.

CLAUSULA TRIGESIMA PRIMEIRA – SINDICATO PROFISSIONAL – Terá facultado sem qualquer obstáculo o direito de fiscaliza o comprimento da presente Convenção Coletiva por ocasião das aberturas das empresas e seus estabelecimentos aos domingos e feriados sendo a fiscalização procedida, conjuntamente ou em separados entre as partes convenientes e os agentes fiscais do MTE previamente escalado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

CLAUSULA TRIGESIMA SEGUNDA – PERFIL PROFISSIOGRAFICO PREVIDENCIARIO – Os empregadores emitirão de acordo com a lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 o perfil Profissiografico Previdenciário (PPP) dos empregados durante o período em que esse exerceu suas atividades, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho e sempre que solicitado.

CLAUSULA TRIGESIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE AGUA – As empresas fornecerão água potável aos seus empregados sem qualquer ônus.

CLAUSULA TRIGÉSIMA QUARTA- DO JOVEM APRENDIZ- os empregados jovens aprendizes terão como base salarial o salarial mínimo vigente e serão regidos pelos seguintes dispositivos:

a)-A jornada de trabalho do jovem aprendiz será de 04(quatro) horas diárias, podendo ser prorrogada por mais 1(uma) hora, para aqueles que não concluíram o ensino fundamental, sendo vedada a prorrogação;

b)- A jornada de trabalho do jovem aprendiz será de 06(seis) horas, podendo ser prorrogada por mai 1(uma) hora, para os que concluíram o ensino fundamental, já computadas as horas destinadas às atividades práticas e teóricas, sendo vedada a prorrogação;

c)- É vedado ao jovem aprendiz fazer hora extra.

d) É defeso o trabalho do aprendiz aos domingos, feriados e ao trabalho noturno.

e) As férias do aprendiz deverão coincidir com as férias escolares

CLAUSULA TRIGÉSSIMA QUINTA- Da Saúde do Trabalhador
A saúde do trabalhador será regulada pelos seguintes dispositivos:

a)Será obrigatória a colocação de assentos que assegurem postura correta ao trabalhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, sempre que a execução da tarefa exija que trabalhe sentado. Quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir.

b) Será de total responsabilidade do empregador efetuar a mudança de função do empregado a partir do momento que for solicitado pelo seu médico assistente através de laudos e exames médicos onde comprove a redução das suas capacidades laborativas . //

c) Obriga-se o empregador a emitir o laudo de incapacidade laboral com a data do último dia de trabalho para que o trabalhador possa dar entrada no seu benefício junto ao INSS.

d) Será resguardado o direito do trabalhador após a cessação do seu benefício pelo INSS, auxílio-doença (B31) ou acidentário (B 91) por qual quer período a continuidade a seu tratamento de saúde o qual já está em andamento nas mesma condições anteriores usufrui dos convênios de assistência médica e hospitalar contratados pela empresa .

e) Em caso de assalto todos os empregados presentes terão direito a atendimento médico ou psicológico logo após o ocorrido e será feito a emissão da Cat, independentemente de afastamento ou não.

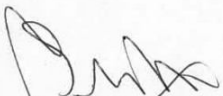
f) O fato de não haver afastamento ou se este for inferior aos 15 (quinze) dias, não obsta a empresa do cumprimento à legislação trabalhista e de preservar a saúde do trabalhador.

CLAUSULA TRIGESIMA SEXTA – DATA BASE - Fica a data base da categoria em 1º de março vigorando esta convenção coletiva a partir de 1º de março de 2012 até 28 de fevereiro de 2013

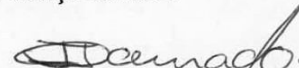
PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades subscritoras dessa convenção poderão, a qualquer tempo, na forma da lei, desenvolver negociações sobre as cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, pôr estarem de pleno acordo, assinam o presente em cinco vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 12 de março de 2012.



PAULO MOTTA
Presidente do Sindicato dos Lojistas
do Comercio do Estado da Bahia
CPF: 024.977.945-53



JAELSON LOULA DORADO
Presidente do Sindicato dos Empregados
no Comercio da Cidade do Salvador
CPF: 329.112.115-53